

A CIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA PROPOSTA FENOMENOLÓGICA.

Emanuel Barros Roma

Graduado em Geografia - UEPB

Resumo

O presente trabalho visa construir um pensamento fenomenológico da cidade voltado ao ensino da Geografia para uma melhor compreensão prática cotidiana. Os objetivos são analisar a cidade, diante de uma proposta fenomenológica no ensino de Geografia e compreender a complexidade estrutural da cidade diante da abordagem em questão sobre a diversidade científica presente. Para tanto, o estudo será realizado diante da análise teórico-conceitual voltada a construção da cidade no sentido fenomenológico.

Palavras-chave: Cidade, ensino de Geografia, fenomenologia.

Introdução

O presente trabalho visa construir um pensamento fenomenológico da cidade voltado ao ensino da Geografia para uma melhor compreensão prática cotidiana.

Os objetivos são analisar a cidade, diante de uma proposta fenomenológica no ensino de Geografia e compreender a complexidade estrutural da cidade diante da abordagem em questão sobre a diversidade científica presente.

Para tanto, o estudo será realizado diante da análise teórico-conceitual voltada a construção da cidade no sentido fenomenológico.

A cidade como produção fenomênica.

Ao buscar entender a cidade devemos perceber a relevância do cotidiano diverso existente no espaço relacional, pois essa situação “[...] traz a percepção das dificuldades vividas nas grandes cidades: a vida, a cidade, a percepção e a sensibilidade que a experiência e o cotidiano nos centros urbanos provocam” (CARLOS, 2011, p. 13).

Diante da construção do espaço citadino presenciamos uma grande ação humana sobre o espaço geográfico que faz com que se desenvolvam dialeticamente situações estruturantes características da realidade atual de vivência desse espaço, o que gera uma realidade concreta da cidade.

Em um sentido fenomenológico pode-se compreendê-la como sendo a rua na qual se faz sentir o cotidiano do ser sobre o espaço transformado, muitas vezes em lugar, no qual se torna formação e experiência na visão do outro (DARDEL, 2011).

A urbanização, enquanto fenômeno psicológico, trouxe e traz situações caracterizantes de uma concepção ontológica do ser sobre o espaço para a diversidade de características reinantes como

Imensas populações nascem e se movem na grande cidade, um número enorme de homens é, praticamente, ‘de desenraizados’, sem ligações duráveis com a terra ou com o horizonte natural, seres nos quais os observadores mais ‘objetivos’ concordam em reconhecer o caráter irritadiço, volúvel, sujeito a psicoses ou a contágios afetivos” (DARDEL, 2011, p. 29)

A intenção de se trabalhar esse fenômeno se faz pela proposição sobre a “[...] influência desse processo social sobre a saúde mental do homem e da mulher, isto é, da ação exercida pelas migrações mencionadas sobre o aparecimento e agravamento dos distúrbios psíquicos” (SILVA, 1986, p. 16).

As mudanças ocorridas nas estruturas dos fenômenos sociais tem mostrado uma série de circunstâncias na mudança de mentalidade das pessoas. A exemplo do processo de urbanização tornou-se estruturante para esse entendimento por diversos fatores que o homem e a mulher “[...] sejam alcançados desigualmente pela urbanização e seus elementos característicos, constituindo-se estes em fatores de frustrações que atingiriam diversamente um e outra, podendo provocar a ocorrência de desordens mentais” (SILVA, 1986, p. 17) .

Pode-se compreender a cidade pelo uso do solo urbano na sua diversidade estrutural como forma de ocupação voltada a uma prática social pelo qual o modo de viver trás reflexos nessa organização territorial do espaço determinado. Através de uma nova ordem política percebe-se uma mudança na estrutura analítica formativa do espaço relacional na lógica concernente aos deslocamentos de pessoas nas suas mais diversas maneiras o que emerge nova ordem e fluxos na estrutura política, econômica, social e cultural.

O processo de construção do entendimento sobre o cosmopolitismo da cidade atual e sua configuração identitária e territorial em um emaranhado sistema complexo – comportamental sobre a produção e apropriação dos territórios e diversas escalas abrangentes mostra que a identidade e sua constituição individual e coletiva subjetiva estabelecida nas suas relações experienciais nos grupos ou agregados sociais, torna essa questão, voltada ao virtual e real, se caracterizando primorosamente em diversas situações significantes que constroem uma história espaço – temporal conflituosa em Campina Grande, deixando clara a relevância sobre a produção e apropriação do território e a respectiva identificação modelada pelos comportamentos atribuídos subjetivamente ao objeto.

O caráter psicopatológico apresentado em algumas cidades diante da dualidade de vivência agradável/ estressada demonstra uma característica comum nos dias atuais, pois é concernente a realidade em si do sujeito em relação ao objeto (SOUZA, 2011) por situações que caracterizam esse status ou midiaticam. Nesse caso, “A mídia, muitas

vezes, mais contribui para reproduzir e amplificar visões distorcidas que para corrigi-las” (p. 22).

Para tanto, a identidade é múltipla por ser constituída através da diversidade de grupos com que o sujeito constrói sua experiência cotidiana que modela todo o aparato comportamental diversificado do mesmo que a necessidade de se manter o território pela afirmação no âmbito social através do cotidiano para com os pares por meio do comportamento comum que concretizam no âmbito relacional do respectivo território demonstra a identidade e a consequência do seu surgimento sobre uma parcela do espaço pelo processo relacional e estruturado dos grupos no contexto citadino subjetivo, ontológico e dialético.

A produção social e apropriação individual de uma cidade para sobreviver está assentada na produção de valores que o Estado beneficia as camadas privilegiadas pela infraestrutura produzida por esse agente e os mais desfavorecidos que lutam por uma concepção digna de moradia.

A questão da pobreza urbana relacionada à urbanização se delinea por uma concomitante entre esses dois fenômenos: a pobreza e a urbanização que se fazem compatíveis para a consolidação da seguinte situação: “[...] a urbanização galopante que estes últimos conhecem é acompanhada pela expansão, a um ritmo igual, da expansão da pobreza, mesmo que esta se apresente de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país” (SANTOS, 1979, p. 1).

O urbano definido para se entender a pobreza está diante de uma lógica estrutural que demonstra que o urbano está ligado a questão de não permitir a generalização (SANTOS, 1979). Por essa questão da pobreza e da urbanização diante da modernidade perpassada na cidade demonstra que ela “[...] é o lugar privilegiado do impacto das modernizações, já que estas não se instalam cegamente, mas nos pontos do espaço que oferecem uma rentabilidade máxima. O processo é velho mas agravou-se recentemente” (SANTOS, 1979, p. 18) ocorrendo o crescimento e não o desenvolvimento. Essa situação pode ser percebida na segregação residencial que surgem como “Meros povoados ou aldeias rurais não possuem uma complexidade que dê origem a bairros inteiros ou grandes espaços segregados, sendo, pelo contrário, relativamente homogêneos” (SOUZA, 2011, p. 83).

A cidade, enquanto forma, mostra como a essência de sua realização se faz pelas funções e processos (SANTOS, 2008, p. 12) que torna o movimento na construção ontológica do ser-no-tempo através da forma-conteúdo diante de uma dialética do espaço, no qual pode haver no lugar a mudança de significação pelo movimento social que traz a diferença entre localização e lugar diante da complexidade do pequeno, pois, “Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele” (SANTOS, 2008, p. 13).

A questão da modernidade relacionada à quebra das condições históricas precedentes que pode ser percebida diante da formação que pode ser notada perante a formação característica da realidade sócioespacial pois

A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes (HARVEY, 1989, p. 22)

A questão espacial e a perspectiva diferencial de delineamento pelos modernistas e pós-modernistas mostra uma perceptividade comportamental sobre a experiência no espaço – tempo citadino e na construção fenomenológica estrutural corroborada no silogismo “aparência, ser e a forma” representados na arquitetura pós-moderna.

O retrato do pós-modernismo diante da relevância complexa de atuação do ser no mundo através do conhecimento ontológico, pois a problemática da formação da identidade pessoal espaço-temporalmente constituída nos ditames da lógica comportamental pós-moderna.

O processo de modernização do espaço urbano reflete uma complexa estrutura organizativa que se materializa e simboliza desigualdades e dicotomias sobre as diversas apreciações, apropriações e concepções sobre território, a identidade e o seu reflexo nas variadas formas de comportamento que gera ao refletir aspectos conflitivos entre o velho e o novo, por exemplo, na construção histórico – geográfica da sociedade ou de um grupo social sobre determinado fenômeno.

Com a formação de espaços segregados o que se passa de interessante é ida ao centro da população menos favorecida enquanto a mais favorecida vai para fora, ou seja, “o centro é abandonado e torna-se o *habitat* dos pobres, ao passo que anteriormente apenas aí os ricos viviam. Estes últimos vão viver fora da cidade” (SANTOS, 2012, p. 212) o que reforça a construção de condomínios horizontais nos limites entre cidades.

A compreensão existencial do ser – no – mundo pelo entendimento estrutural do conceito de cidade torna-se fundamental para o entendimento do lugar, paisagem e território por essa categoria o que revela o seu caráter interdisciplinar complexo como na composição do espaço relacional do ser pela sua cotidianidade se estruturam, pois o espaço “[...] é a condição *sine qua non* da sua existência, mas, apropriando-se dele, os sistemas sociais o transformam e lhe dão novos sentidos e alcance” (BASSAND, 1986, p. 133).

O processo de mercantilização, pelo dinheiro, das relações humanas diante de um desenvolvimento técnico – científico – informacional pela globalização nas relações humanas mostra toda uma caracterização do mundo das coisas, no qual a mídia é quem determina o modo de vida das pessoas, ou seja, modifica o espaço relacional do ser enquanto objeto de alienação, através do repasse de valores urbanos impostos pela sociedade que vive e se relaciona nesse espaço segregado (CARLOS, 2011). É caso da globalização, que se entende

[...] como um fenômeno de eliminação de fronteiras entre os países de todo o mundo, que afeta múltiplos campos: cultural, tecnológico, social, econômico etc., e que traz como consequência a construção de espaços de relações integradas (CAVALCANTI, 2008, p. 15)

Com a presença da segregação nesse fenômeno, (re)produzida na cidade e no espaço urbano, pode destacar que “ O padrão arquitetônico da cidade também segrega, separa, expulsa” (CARLOS, 2011, p. 21) se apresenta como o grande perpetuador da divisão capitalista classista na lógica de (re)produção da cidade nos moldes atuais o que reflete em uma diversificação socioespacial gritante.

Para se entender a relação entre forma e essência na construção desigual da cidade podemos caracterizar a história da cidade pela sua relação manifestada no espaço urbano sobre o qual “[...] emergem os movimentos, a multiplicidade dos tempos que constituem o urbano” (CARLOS, 2011, p. 24) para que se possa construir todo um aparato teórico – conceitual sobre o entendimento desse fenômeno humano enquanto paisagem no qual “A desigualdade que pode ser percebida ‘no olhar-se a paisagem’ é consequência dos contrastes decorrentes do processo de produção do espaço urbano” (CARLOS, 2011, p. 24) em que se perpetua.

Por tudo isso, nota-se que a cidade é diversificada na sua estruturação fenomenológica através de uma ontologia do ser – no – mundo diversificada que faz uma espacialidade e espaço ontológico pelo processo e a forma, respectivamente, capazes de dar significado ao ser pela relação com esse ente humano e social.

O território e a territorialização constituída na cidade refletem todo um processo fenomenológico ontológico – estrutural capaz de demonstrar a (re)produção do sistema vigente e que com essa apropriação pelo que foi dito anteriormente se processa toda uma materialização pelo uso do solo que ganha valor na sua organização produtiva. É o que acontece com os condomínios residenciais e o seu entorno em Campina Grande.

Com a multiplicidade construtiva de territórios por territorialidades e conflitos nas cidades percebe-se que “A experiência com a diversidade de culturas enriquece a vida cotidiana nas cidades, tornando-se lugares de manifestações globais e universais, e lugares de encontros, lugares da diferença” (CAVALCANTI, 2008, p. 17)

Ao se ter a labuta como essência na relação homem – natureza devemos ter em mente a história específica distinta espaço – temporalmente pela necessidade e produção, na qual o trabalho se torna mediador (CARLOS, 2011) faz com que o espaço existencial e relacional ontológico estrutural se torne “[...] uma criação humana e sua produção coincide com o próprio modo pelo qual os homens produzem sua existência e a si mesmos” (CARLOS, 2011, p. 32).

A ontologia estrutural do urbano mostra a questão da essência na lógica estrutural dialética da cidade, pois “A relação entre ocultação e revelação dá-se através das articulações das categorias do real” (CARLOS, 2011, p. 36) o que nos faz perceber como é complexa a realidade cidadina atual, diante da sua estruturação pelo processo e a

forma na espacialidade e existencialidade capazes de nos ater “[...] as diferenças expressas na paisagem enquanto manifestações das contradições que estão no cerne do processo de produção do espaço” (CARLOS, 2011, p. 36). A vida cotidiana na construção do pensamento fenomenológico ontológico perpassa por “[...] com suas múltiplas atividades, cria as formas, a dinâmica do fenômeno e o seu conteúdo” (CARLOS, 2011, p. 37).

A construção da autosegregação se projeta através de “[...] as pessoas que fazem opção de se afastar ou apartar o mais possível da cidade [...] vinculada à busca por segurança por parte das elites[...]” (SOUZA, 2011, p. 70).

A cidade capitalista por possuir vários elementos da paisagem que a torna dispare acarreta a construção espacial e “movimento da vida” (CARLOS, 2011, p. 40) que torna a cidade como objeto do trabalho diante do seu uso pela divisão social que ratifica na indústria, pela sua localização, a reprodução do capital.

A aglomeração causada diante da sua localização pelo valor de uso produzido torna a cidade um elemento capacitado a produzir o valor humano diante do contexto das localizações e acessibilidade urbana em que a localização da terra urbana “tem seu preço determinado basicamente pelas condições de sua produção [...] e pelo seu valor” (VILLAÇA, 2001, p. 75) torna-se a questão dos condomínios fechados em Campina Grande, pois “[...] é a organização por setores que domina a estrutura do espaço intra-urbano” (VILLAÇA, 2001, p. 114). A produção da aglomeração se torna possibilidade recorrente dialética estrutural de afastamento e não de aproximação sobre o qual “O centro surge então a partir da necessidade de afastamentos indesejados mas obrigatórios que ajudam na produção de condições que buscam solução para o deslocamento para pontos de busca de uma solução prática da vivência cotidiana” (VILLAÇA, 2001, p. 243).

Diante da evolução do desenvolvimento da capacidade de deslocamentos do ser humano foi buscado um novo estilo de vida pela urbanização através dos condomínios fechados em que “[...] às necessidades e condições de deslocamento espaciais dos seres humanos – o transporte – como a força dominante da estruturação espacial urbana” (VILLAÇA, 2001, p. 180) que se tornou um símbolo na concretização dessa realidade aglomerada classista que escolhem o lugar onde morar pela modernidade dos condomínios fechados na sua novidade.

Diante dessa situação se gera a segregação espacial que se torna “[...] fruto de uma distribuição de renda estabelecida no processo de produção” (CARLOS, 2011, p. 42) sendo mais nítido nos locais provenientes para residência sobre o qual se pode chegar ao extremo de viver em habitações precárias, desumanas como “[...] debaixo da ponte” (CARLOS, 2011, p. 42) o que se percebe como “aglomerado humano de exclusão” (HAESBAERT, 1995).

A questão da localização relacionada à percepção dos condomínios verticais e horizontais se dá através da formação contextual do espaço urbano, sobre a qual se situa diante dos lugares favoráveis, o que reflete uma série de caracterizações para o uso do solo “[...] vinculado a teoria do valor, na medida em que se paga um tributo para se fazer uso de uma determinada parcela do espaço; seja enquanto moradia, local de produção, de prestação de serviço, ponto de venda, etc..” (CARLOS, 2011, p. 47). Essa situação leva a perceber a questão da mobilidade urbana sobre o espaço que “[...] é função da renda, e isso influenciada decisivamente a maneira como a rede urbana é vivenciada e a própria estrutura da rede (SOUZA, 2011, p. 61).

Essa situação condiz com a realidade de muitas pessoas, diante dessa dialética estrutural do trabalho e valor de uso do solo torna possível a segregação pelas relações de produção no espaço territorialmente constituídas, o que diferenciações gritantes na cidade.

A caracterização de expansão da cidade diante da conurbação urbana pela fusão de áreas urbanas em que existe o sentido a questão político – administrativa voltada à conjunção com outras cidades (VILLAÇA, 2001, p. 51) em que a questão das redes de comunicação na formação intra – urbana do espaço urbano.

O problema das vinculações socioeconômicas na formação desse fenômeno nas cidades destaca o entendimento sobre o núcleo urbano como “[...] aglomerado urbano que apresenta um mínimo de atividades centrais, sejam religiosas, administrativas, políticas, sociais ou econômicas [...]” (VILLAÇA, 2001, p. 52).

Com a situação da polarização diante da conurbação e suas características percebe-se que existem bairros distantes do núcleo central o que demonstra o processo de absorção construído de forma lenta por uma área urbana que possui características de cidade (VILLAÇA, 2001, p. 65).

A questão da mídia na disseminação dos condomínios residenciais se torna preponderante na composição de uma ideologia construtivista da alienação de uma vida melhor e segura em um ambiente fechado reprodutor das melhorias citadinas, pois “[...] é ideologicamente apresentado pela mídia com uma auréola de superioridade; por essa razão, tende a se reproduzir em outras cidades brasileiras” (VILLAÇA, 2001, p. 191) como é o caso em Campina Grande. Pode-se notar, ainda mais, essa situação quando

A ampliação qualitativa e quantitativa das necessidades ligadas à existência individual e das famílias junto ao fato de que o próprio sistema econômico dispõe de meios de criar e impor novas necessidades como se elas fossem naturais são, paralelamente, criadores de novas atividades que se enquadram também dentro do terciário (saúde, religião, diversões, turismo e tantas outras) (SANTOS, 2012, p. 80).

Para tanto, percebe-se que a conurbação metropolitana “[...] se apresenta assim, como um processo devorador de cidades e produtor de bairros” (VILLAÇA, 2001, p. 65) o que produz uma nova ordenação espacial “[...] das relações comerciais e de interdependência que ela fomenta, bem como o surgimento de uma nova divisão do trabalho” (CARLOS, 2011, p. 58).

Com a constituição técnico – científica – informacional urbana na paisagem, diante da sua origem entende-se que o ser humano produz o mundo sensível, por várias gerações “[...] cada uma ultrapassando a precedente e aperfeiçoando sua indústria, seu comércio, e com isso criando infinitamente novas formas” para que a paisagem se consolide no espaço – tempo através da fixação do sujeito em uma parcela do espaço para a construção da cidade, do espaço urbano e rural diante da divisão do trabalho em classes refletidas na cidade e no campo (CARLOS, 2011, p. 58 – 59).

A fenomenologia do espaço urbano e da cidade diante do pensamento enquanto aglomerado refaz um novo sentido para esse objeto que se torna material e simbólico pela diversidade apreensiva, compreensiva e de apropriação de suas parcelas por uma fenomenologia – ontológica estrutural ao se buscar compreender a dimensão humana (CARLOS, 2011, p. 70).

A cidade, no sistema capitalista, tem como uma das suas atividades a produção de lutas entre os contrários no respectivo espaço pelo que é “[...] produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classes fez dele [espaço urbano] um campo de luta onde os interesses e batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais” (CARLOS, 2011, p. 71).

A moradia é a essência estrutural da cidade, pois “[...] o espaço da moradia tende a submeter-se às necessidades e perspectivas de acumulação do capital” (CARLOS, 2011, p. 77). Essa caracterização demonstra que o ser – no – tempo possui a existencialidade produtiva sobre o espaço relacional no qual “O homem vive onde ele pode morar e isso será determinado por sua renda e pelos sacrifícios que pode fazer” (CARLOS, 2011, p. 79).

Pelo desenvolvimento citadino e de condomínios residenciais até para populares a situação se corrobora por uma estrutura analítica ontológica de desestruturação condicional das pessoas que habitam áreas urbanas populares pela dificuldade no acesso, longas distâncias nos empregos, alto custo do transporte, etc. tornam a vida das pessoas que residem em condomínios populares mais degradantes pelo processo de urbanização no Brasil (VILLAÇA, 2001).

Diante da situação na qual a cidade torna-se um campo de lutas contra a dominação e exploração do Capital é interessante observar que a violência se torna a que resultam na “[...] segregação espacial decorrente do desenvolvimento desigual das relações capitalistas cuja natureza está no modo de exploração do trabalho pelo capital, fundado na apropriação pelo ter, isto é, pela condição dos proprietários de bens” (CARLOS, 2011, p. 82).

Essa situação gera a essência do capitalismo em que o espaço, o Estado e o Capital se unem sobre a qual

O espaço é produzido cada vez mais enquanto condição geral da produção e o Estado tem um papel fundamental para a reprodução do sistema e interfere produzindo infraestrutura e todo o aparato necessário à reprodução ininterrupta do processo de acumulação do capital (CARLOS, 2011, p. 83).

Percebe – se que a cidade, enquanto espaço construído está ficando cada vez mais longe do ser humano, diante das questões que a compõem tornando-se “[...] mais distante dos anseios, necessidades e aspirações do homem. É a chamada selva de pedra” (CARLOS, 1988, p. 42).

Isso ajuda a leva a crer em uma das teses de criação e consolidação de alguns condomínios residenciais em Campina Grande e cidades circunvizinhas, pois com a “fuga da metrópole” a questão da qualidade de vida está à tona tanto nas propagandas quanto na vontade do público, mas com a vivência cotidiana no caos pelo trabalho ou outro compromisso. Essa posição ajuda a elevar a hierarquia urbana o que resulta em uma maior complexidade diante dos bens e serviços oferecidos apoiadores dessa situação (SOUZA, 2011).

Toda essa situação leva a perceber como a relação do capital, espaço urbano e segregação se interpelam com a reprodução dele e a consequente manifestação do outro fenômeno sobre o urbano, pois “[...] entender corretamente a cidade e as causas de seus problemas é uma condição prévia indispensável à tarefa de se delinearem estratégias e instrumentos adequados para a superação desses problemas” (SOUZA, 2011, p. 22).

Torna-se necessário proceder dessa forma, pois se possibilita situações de minimização dos problemas urbanos para uma melhor construção da vivência cotidiana nesse ambiente social. Mas, “As sociedades humanas possuem contradições e conflitos, especialmente aquelas sociedades – a esmagadora maioria delas, no decorrer da história – onde a opressão e a exploração de uns sobre os outros era ou é um fato constitutivo essencial da vida social” (SOUZA, 2011, p. 155).

Por isso torna-se necessário estabelecer critérios e métodos que possibilitem a interação gradual e contínua de todas as pessoas no ambiente citadino, através de meios políticos e públicos capazes de tornar a vida na cidade mais compreensível e agradável.

Considerações Finais

Através do que foi desenvolvido neste trabalho, para uma análise fenomenológica da cidade com o intuito de formar um conhecimento mais humano e

representativo, fez com que fosse percebido uma conjuntura complexa que torna possível um olhar mais humano a realidade geográfica de que ela possui e desenvolve através do homem.

Diante disso, ver a cidade dessa forma, torna-se possível uma compreensão complexa da relevância que a cidade pode ter sobre o ensino e aprendizado da Geografia.

Referências bibliográficas.

BASSAND, Michel. **Algumas observações para uma abordagem interdisciplinar do espaço.** In: SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia de. *O espaço interdisciplinar.* São Paulo: Nobel, 1986 p. 133-139.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria.** São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

_____. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Concepções de Geografia e de Geografia escolar no mundo contemporâneo.** In:_____. *A Geografia escolar e a cidade.* Campinas: Papirus, 2008 p. 15-37.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra.** São Paulo: Perspectiva, 2011.